

RECURSO ADMINISTRATIVO



De SA Engenharia <saengenharia88@gmail.com>

Para <contratos@riqueza.sc.gov.br>, <licitacao@riqueza.sc.gov.br>, <compras@riqueza.sc.gov.br>, <licitacoes@riqueza.sc.gov.br>

Data 16-11-2023 22:14

DECLARAÇÃO.pdf (~410 KB) RECURSO ADMINISTRATIVO.pdf (~542 KB)

Boa noite, respeitosamente à presença Vossas Senhorias, a empresa SA EMPREENDIMENTOS E CONSTRUTORA LTDA, vem através deste apresentar RECURSO ADMINISTRATIVO, referente à decisão da comissão da Tomada de Preços 017/2023.

Favor confirmar o recebimento.

Não contém vírus www.avast.com

MUNICÍPIO DE RIQUEZA - SC

Protocolo nº 71/2023

Recebido em 16/11/2023

às 22:14 horas

licitações

Patricia P. dos Santos
Faller
MATR. 1168-1
Município de Riqueza

SA EMPREENDIMENTOS E CONSTRUTORA LTDA

CNPJ: 41.994.319/0001-67

DECLARAÇÃO

PROCESSO LICITATÓRIO N.º 2107/2023
EDITAL DE TOMADA DE PREÇOS N.º 17/2023

OBJETO: Contratação de empresa para execução de projeto de reforma de telhado do Pavilhão Comunitário da Linha Consoladora (Etapa II), com área de intervenção de 724,52m², inclusive o fornecimento de mão de obra e todo o material necessário, de acordo com o projeto técnico, orçamento, quantitativo e memorial descritivo, anexos ao edital.

SA EMPREENDIMENTOS E CONSTRUTORA LTDA, pessoa jurídica, com sede na Avenida Anita Boaro, nº. 627, Centro, município de Águas Frias, Estado de Santa Catarina, inscrito no CNPJ sob o nº. 41.994.319/0001-67, neste ato representada pelo seu (representante), no uso de suas atribuições legais, DECLARA, sob as penas da Lei, que a empresa possui Programa de Controle Médico de Saúde Ocupacional (PCMSO – NR 7), Programa de Gerenciamento de Riscos (PGR – NR 1) e Laudo Técnico das Condições Ambientais de Trabalho (LTCAT).

Por ser verdade assina a presente.

Águas Frias - SC, 07 de Novembro de 2023.

SUZANA APARECIDA
BERNARDI:05900270
939

Assinado de forma digital por
SUZANA APARECIDA
BERNARDI:05900270939
Dados: 2023.11.16 22:07:27 -03'00'

SUZANA APARECIDA BERNARDI
CPF 059.022.709-39
REPRESENTANTE LEGAL

SA EMPREENDIMENTOS E CONSTRUTORA LTDA

CNPJ: 41.994.319/0001-67

ILUSTRÍSSIMO (A) SENHOR (A) PRESIDENTE E DEMAIS MEMBROS DA COMISSÃO ESPECIAL DE LICITAÇÃO DAPREFEITURADO MUNICÍPIO DE RIQUEZA-SC.

PROCESSO LICITATÓRIO N 02107/2023 – TOMADA DE PREÇO 017/2023

SA EMPREENDIMENTOS E CONSTRUTORA

LTDA, pessoa jurídica de direito privado, inscrita no CNPJ nº 41.994.31/0001-67, estabelecida na Avenida Anita Boaro, 627, centro, Águas Frias – SC, CEP: 89843-000, por intermédio de seu responsável legal, a Sra. **SUZANA APARECIDA BERNARDI**, brasileira, solteira, empresária e contadora, portador da Carteira de Identidade nº 5.117.252 e do CPF nº 059.002.709-39, residente e domiciliado na Av. Anita Boaro, 612, centro, Águas Frias – SC, CEP: 89843-000, vem respeitosamente apresentar **RECURSO ADMINISTRATIVO** em face à decisão proferida por esta Comissão, que inabilitou vossa empresa, conforme ATA DE ANÁLISE E JULGAMENTO DOS DOCUMENTOS DE HABILITAÇÃO do edital do processo licitatório N 2107/2023 – tomada de preço 017/2023.

DA TEMPESTIVIDADE

O presente instrumento é protocolado tempestivamente, considerando a aplicação da Lei 8.666/93, nos prazos e procedimentos previstos pela legislação ao presente certame. Ao que se refere aos prazos recursais, eis que a Ata restou publicada em 08/11/2022 (quarta- feira), sendo que o início da contagem se dá no primeiro dia útil seguinte à datada publicação, e sendo que o dia 15/11/2023 é feriado nacional, cabe recurso administrativo.

DA FUNDAMENTAÇÃO E DIREITO

Vem a Recorrente, à presença da nobre Comissão de Licitações, apresentar seus motivos de indignação na decisão que declarou a empresa SA EMPREENDIMENTOS E CONSTRUTORA LTDA inabilitada no processo licitatório.

SA EMPREENDIMENTOS E CONSTRUTORA LTDA

CNPJ: 41.994.319/0001-67

Vejamos o que diz a ata de inabilitação:

(...) Durante a análise dos documentos da proponente SA ENGENHARIA E CONSTRUÇÕES LTDA, constatou-se que o documento apresentado pela proponente para o item 5.1.24, não está de acordo com a legislação vigente, onde foi apresentado na declaração o Programa de Prevenção de Riscos Ambientais (PPRA-NR9). (...) Desta forma inabilita-se as licitantes(...)

Vejamos o que diz o edital:

(...) 5.1.24 Declaração da empresa licitante, assinada pelo representante legal, atestando que a empresa possui Programa de Controle Médico de Saúde Ocupacional (PCMSO – NR 7), Programa de Gerenciamento de Riscos (PGR – NR 1) e Laudo Técnico das Condições Ambientais de Trabalho (LTCAT). (...)

Vejamos o que diz a declaração apresentada pela empresa:

(...) SA EMPREENDIMENTOS E CONSTRUTORA LTDA, pessoa jurídica, com sede na Avenida Anita Boaro, nº. 627, Centro, município de Águas Frias, Estado de Santa Catarina, inscrito no CNPJ sob o nº. 41.994.319/0001-67, neste ato representada pelo seu (representante), no uso de suas atribuições legais, DECLARA, sob as penas da Lei, que a empresa possui Programa de Controle Médico de Saúde Ocupacional (PCMSO – NR 7), Programa de Prevenção de Riscos Ambientais (PPRA – NR 9 e Laudo Técnico das Condições Ambientais de Trabalho (LTCAT). (...)

De fato, a declaração apresentada pela empresa é divergente do especificado em edital. O que aconteceu aqui foi um equívoco por parte da empresa em citar “ Programa de Prevenção de Riscos Ambientais (PPRA – NR 9) ao invés de “ Programa de Gerenciamento de Riscos (PGR – NR 1).

Logo, não há que se falar que o documento deixou de ser apresentado, somente do equívoco na citação do tipo de Programa.

Acontece que, o próprio edital não apresentou modelo

SA EMPREENDIMENTOS E CONSTRUTORA LTDA

CNPJ: 41.994.319/0001-67

desta declaração específica, conforme as outras declarações, o que poderia ter evitado futuro erro.

Além disso, por tratar-se de documento que pode ser novamente apresentado ao certame sem que isso configure qualquer alteração substancial à proposta ou à validade jurídica dos documentos de habilitação, poderá a Comissão fazer valer o disposto, haja vista a expressa possibilidade de apresentação da referida declaração em momento oportuno.

Nesse ínterim, a declaração não apresenta quaisquer prejuízo a licitação e ao processo licitatório, visto que não serão comprometidos o caráter competitivo e nem violados os princípios norteadores da licitação. E digo mais, além de não trazerem prejuízos, fazem o papel inverso, de oportunizar o poder público de uma maior concorrência, visando à coletividade, acima de tudo, pois tal princípio **pode ajudar em uma licitação a escolher a proposta mais vantajosa para a administração pública.**

A função da Administração Pública em fixar requisitos mínimos com cunho comprobatório, é secundário ao princípio basilar da licitação, que é o da proposta mais vantajosa à Administração.

Brilhante ensinamento supra mencionado, vez que, a obrigação do ente público é promover certame com intenção de obter para a administração a proposta mais vantajosa.

Assim, quanto *mais empresas participarem do certame, maior a concorrência e consequentemente, mais vantajosa para o entepúblico.*

O princípio da Legalidade, previsto no art.5º, II da Constituição Federal, **limita a administração Pública a somente poder exigir nos Editais de licitação o que está previsto na lei.**

Alexandre de Moraes, analisando este tema se expressa da seguinte maneira:

“O Administrador público somente poderá fazer o que estiver expressamente autorizado em lei e nas demais espécies normativas, inexistindo, pois incidência de sua vontade subjetiva, pois na administração Pública só é permitido fazer o que a lei autoriza (MORAES,

SA EMPREENDIMENTOS E CONSTRUTORA LTDA

CNPJ: 41.994.319/0001-67

Direito Constitucional, p.324).”

E este princípio constitui em uma **GARANTIA PARA OS LICITANTES**, pois o mesmo proíbe que a Administração Pública, intervenha no certo ao seu bel prazer, obrigando-se a ter previsão legal que justifique seus atos.

Ensina MARÇAL JUSTEN FILHO:

“Não cabe à Administração ir além do mínimo necessário à garantia do princípio da República. Logo, não se validam exigências que, ultrapassando o mínimo destinam-se a manter a Administração em situação ‘confortável’.”
(Comentários à Lei de Licitações e Contratos Administrativos, 11ª ed., São Paulo, Dialética, 2005, p. 304).

Conceda *máxima vênia*, para as censuras já lançadas contra a decisão de inabilitação exarada por essa douta Comissão, que na hipótese de não ser reformada, certamente ceifará uma concorrente em potencial de apresentar proposta competitiva e vantajosa para a Administração visando a contratação do objeto que voga.

Não bastassem os efeitos negativos decorrentes da decisão em comento para fins de colimados pela licitação, constatados tanto pela restrição ao número de empresas e principalmente pelo que se reputa de erro no julgamento e formalismo demasiado.

Daí porque a presente insurgência ancorar-se no fato de que a recorrente cumpriu com todas as demais exigências contidas no regulamento geral da licitação, pois indiscutivelmente, foram atendidos todos os requisitos demandados pelo Edital, ao interesse da Administração e em especial ao interesse público, finalidade do preceito legal, não persistindo motivo para não mantê-la na concorrência pública.

Importante ressaltar que o legislador originário, muito bem se preocupou em evitar que fossem exigidos documentos estranhos aos determinados em lei, assim deve ser observado que a documentação relativa à qualificação encontra-se LIMITADA, não sendo possível portanto ao Administrador exigir documentos não previstos em lei, sob pena de ferir à Legalidade.

SA EMPREENDIMENTOS E CONSTRUTORA LTDA

CNPJ: 41.994.319/0001-67

Outro fator preponderante que impossibilita a condução do procedimento licitatório, pela forma inicialmente adotada pela Comissão, é que nesse cenário fere-se de morte o que determina o Princípio do Julgamento Objetivo das Propostas, insculpido no art. 45 da lei 8.666/93 que garante que a licitação se dará com a observância de critérios que possibilitem tanto aos demais licitantes, quanto aos Órgãos de Controle, a aferição da validade dos documentos acostados ao processo, sendo que no presente caso, os licitantes ficam à mercê do julgamento único da forma que a Comissão interpretou a veracidade dos documentos apresentados por esta recorrente.

Mais um princípio também malferido, é o princípio da instrumentalidade das formas, o que noutras palavras, significa dizer que estamos diante de um formalismo/rigorismo excessivo, sendo que os documentos apresentados, por si só são suficientes, ainda que apresentados de outra forma, mas faz com que o fim buscado no edital tenha sido alcançado.

Muito por isso, repisa-se a teste de que o julgamento efetuado por essa douta Comissão não esconde um caráter de formalismo/rigorismo que restringe o campo de participações das licitantes no certame, o que anda na contramão do princípio da competitividade, a busca da maior vantagem para a administração, o que é possível, desde que haja maior amplitude de concorrentes ao certame.

Dessarte, considerado que as demais exigências fora cumprida; considerando que não há prejuízos para os outros licitantes; considerando que a habilitação da recorrente resultará no aumento da competitividade, forçoso é concluir que a manutenção de seu alijamento reflete um nocivo e repugnante formalismo/rigorismo, ambos os aspectos censurados pela doutrina e mais abalizada jurisprudência pátria.

De fato, a inabilitação da Recorrente assentou-se na alegação de que teria sido desatendidas condições formais de pequena proporção ainda que previstas no edital, sobre isso, merecem destaque os seguintes doutrinadores:

SA EMPREENDIMENTOS E CONSTRUTORA LTDA

CNPJ: 41.994.319/0001-67

Dora Maria de Oliveira Ramos:

“ Em princípio, toda proposta que deixar de atender às condições do instrumento convocatório é passível de desclassificação. Não obstante deve-se ter cautela extremada com os rigorismos inúteis. Por vezes, existem exigências que são formuladas no edital/convite que não têm justificativa plausível.

(...)

Sempre que possível, deve a Administração excluir de seu instrumento convocatório as exigências formais que se mostre exageradas e destituídas de objetivo primordial para se atingir os fins da licitação.

(...)

Em suma, se a desconformidade de uma proposta com o instrumento convocatório for por questão formal, de pequena importância e superável por outras formas de avaliação, parece-nos que seria de rigor extremado privar a Administração de uma proposta que melhor satisfaça seus interesses.” (Temas Polêmicos sobre Licitações e Contratos, 4ª Ed., Malheiros Editores, 200, p. 210).

A propósito do entendimento sobre a formalidade da licitação, o saudoso mestre Hely Lopes Meirelles assim de manifestou:

“Procedimento formal, entretanto, não se confunde com “formalismo”, que se caracteriza por exigências inúteis e desnecessárias. Por isso mesmo, não se anula o procedimento diante de meras omissões ou irregularidades formais na documentação ou nas propostas, desde que, por sua irrelevância, não causem prejuízo à Administração e aos licitantes. A regra é a dominante nos processos judiciais: não se decreta a nulidade onde não houver dano para qualquer das partes ‘pas de nullitesansgrief’ como dizem os franceses.” (Direito Administrativo Brasileiro. Malheiros Editores, 20ª ed., p. 248).

Especificamente, sobre a multiplicidade de formas comprobatórias em tela, o que se arrasta a noção de suprimento em nome da razoabilidade, Marçal Justen Filho (op. Cit. P. 75), com limpidez peculiar, assim pontifica:

SA EMPREENDIMENTOS E CONSTRUTORA LTDA

CNPJ: 41.994.319/0001-67

“A apresentação de documentos, o preenchimento de formulários, a elaboração das propostas não se constituem em condutas ritualísticas. Não se trata de verificar a habilidade dos envolvidos em conduzir-se do modo mais conforme ao texto da lei. Todas as exigências são o meio de verificar se o licitante cumpre os requisitos de idoneidade e se sua proposta é satisfatória e vantajosa.

Portanto, deve-se aceitar a conduta do sujeito que evidencie o preenchimento das exigências legais, ainda quando não seja adotada a estrita regulação imposta originariamente na lei ou no Edital. Na medida do possível, deve promover, mesmo de ofício, o suprimento de defeitos de menor monta. Não se deve conceber que toda e qualquer divergência entre o texto da Lei ou do Edital conduza à invalidade, à inabilitação ou à desclassificação.

O problema prático reside em estabelecer limites. Todo e qualquer defeito é suprável? A resposta é negativa. Deve-se verificar se a Lei ou o Edital estabeleceram determinada exigência, prevendo uma única e inquestionável alternativa para atendimento ao requisito, sem qualquer margem de dúvida. Quando tal se passar, o defeito é impossível de ser sanado. Nem sempre é assim, pois é usual o texto legal ou editalício deixar margem a dúvidas ou admitir diversas interpretações. Deve-se ter em conta que o formalismo não autoriza que a Administração repete que a interpretação por ela própria adotada é a única cabível: isso nada tem a ver com formalismo da lei nº 8.666 e retrata, tão somente, uma tradição na prática administrativa. Havendo vários sentidos possíveis para a regra, deverão prestigiar-se todos aqueles que conduzam à satisfação do interesse público.” (destacou-se)

Enfim, sabe-se que o exercício da atividade em comento (diligência) não é dos mais simples. Justamente por isso, é importante que a Administração avalie a solução a ser adotada caso a caso, ponderando sempre à luz

SA EMPREENDIMENTOS E CONSTRUTORA LTDA

CNPJ: 41.994.319/0001-67

dos princípios da razoabilidade, da proporcionalidade e da finalidade, o que se verifica no caso concreto.

Ora, o instituto da licitação constitui-se num procedimento administrativo tendente a selecionar a proposta mais vantajosa para a Administração Pública na contratação de quaisquer serviços. Por óbvio, quanto mais participantes houver, maiores e melhores serão as possibilidades da Administração firmar contratos que atendam os seus interesses, e de consequência, o interesse público.

Portanto, não sendo outro o motivo que alicerçou a decisão de inabilitar a recorrente, sendo que tal equívoco restou esclarecido, postula-se por direito e justiça a reforma daquele entendimento para habilitá-la, e por conseguinte, prosseguir no certame em comento.

De fato, a empresa cometeu um equívoco na declaração apresentada. Dessarte, restou demonstrada desnecessidade do rigor imposto pela Comissão na análise dos mesmos, de modo que a permanência do formalismo excessivo restringirá cabalmente a competitividade no presente certame.

Não é de se olvidar que o procedimento licitatório é regido por uma série de normas e princípios, dentre eles o postulado da vinculação ao instrumento convocatório, segundo o qual “o edital é a lei interna da licitação, e, como tal, vincula aos seus termos tanto os licitantes como a Administração que o expediu” (MEIRELLES, Hely Lopes. Direito Administrativo Brasileiro. 33. ed. São Paulo: Malheiros, 2007, p. 276).

Contudo, também é cediço que a fase de habilitação tem por objetivo essencial o atendimento de requisitos mínimos que demonstrem a capacidade para licitar e menos formalismo exacerbado.

Logo, a exigência em questão configura rigorismo inconciliável com a finalidade desta etapa, que, frisa-se, deve ser de “absoluta singeleza”, de modo a “fazer com que o maior número de licitantes se habilitem para o objetivo de facilitar aos órgãos públicos a obtenção de coisas e serviços mais convenientes a seus interesses” (Curso de Direito Administrativo. Mello, Celso Antônio Bandeira de. 23. ed. rev. e atual. São Paulo: Malheiros, 2006. P. 575).

Ora, sendo o fim precípua da licitação, a obtenção da

SA EMPREENDIMENTOS E CONSTRUTORA LTDA

CNPJ: 41.994.319/0001-67

proposta mais vantajosa para a Administração Pública, entende-se que o ato de exclusão da Recorrente do certame, acabou por contrariar tal intuito, em prol do excessivo formalismo. Afinal, a Recorrente atende ao fim específico da lei de comprovação de sua qualificação jurídica e técnica, e em especial apresentou documentos suficiente e capaz para garantir sua capacidade de executar o objeto licitado.

De fato, é sabido e consabido que nos procedimentos licitatórios os concorrentes ficam adstritos ao preenchimento das condições previstas no edital – como já dito a lei interna destes procedimentos. Entretanto, o edital deve revestir-se de forma adequada, em razão da finalidade com que se instituiu, ou seja, deve traçar diretrizes para possibilitar propostas mais vantajosas para o Estado.

Por outro lado, ao Poder Judiciário é permitido, no controle dos atos administrativos, examiná-los exclusivamente sob o prisma da legalidade, limitando-se a verificar se obedecem aos expressos comandos legais quanto à competência e a manifestação da vontade do agente, quanto aos motivos, ao objeto, à finalidade e à forma.

Relativamente ao princípio da vinculação ao instrumento convocatório, é certo que tal princípio não é absoluto, na medida em que o Judiciário o interpreta de acordo com o precípuo fim do procedimento licitatório, evitando rigorismos formais que não encontram conteúdo na seleção da proposta mais vantajosa, e que podem afastar da concorrência possíveis proponentes.

Com efeito não se pode admitir ato discriminatório da Administração Pública que, alicerçada em rígida formalidade, rejeite licitantes e inviabilize o exame de um maior número de propostas. É cediço que o formalismo constitui princípio inerente a todo procedimento licitatório, no entanto, a rigidez do procedimento não pode ser excessiva a ponto de prejudicar o interesse público, uma vez que por outra forma a Recorrente cumpriu com a finalidade de demonstrar sua habilitação e atender ao que o Estado julgou ser necessário exigir dos proponentes.

Conclui-se, por conseguinte, mediante todo o exposto, e do juízo de valor desta douta Comissão, que as desconformidades ensejadoras à inabilitação da SA EMPREENDIMENTOS E CONSTRUTORA, ora Recorrente, uma vez que o restante da documentação apresentada dentro do envelope de habilitação, no

SA EMPREENDIMENTOS E CONSTRUTORA LTDA

CNPJ: 41.994.319/0001-67

momento próprio determinado pela lei, cumpriu todos os requisitos aplicáveis para determinar a habilitação da Recorrente.

Indubitavelmente melhor será, que se aprecie uma proposta moderada na apresentação, mas vantajosa no conteúdo, do que desclassificá-la por um rigorismo formal e inconstante com o caráter competitivo da Licitação.

Destarte, requer-se o recebimento do presente recurso para que seja julgado procedente por esta nobre Comissão, assim, reformando a decisão de habilitação proferida, de modo que seja a SA EMPREENDIMENTOS E CONSTRUTORA declarada habilitada, o observância aos princípios da proporcionalidade e razoabilidade, bem como da competitividade e melhor proposta, estes abalizadores dos Certames Licitatórios promovidos pela Administração Pública, por se tratar de matéria de direito, como já bem fundamentada nos fundamentos jurídicos desta, por se tratar da mais cristalina JUSTIÇA e já pacificado principalmente pela jurisprudência pátria e acolhida pelas melhores doutrinas aqui abalizadas.

Portanto, é medida necessária a HABILITAÇÃO da recorrente no referido processo licitatório e, caso não sendo este o entendimento desta Ilustre Comissão, o ingresso à via judicial, será a medida tomada.

Nestes termos, Pede
deferimento.

Águas Frias – SC, 16 de Novembro de 2023.

SUZANA APARECIDA
BERNARDI:05900270939

Assinado de forma digital por
SUZANA APARECIDA
BERNARDI:05900270939
Dados: 2023.11.16 22:07:59 -03'00'

Empresa: SA EMPREENDIMENTOS E CONSTRUTORA LTDA

CNPJ nº 41.994.319/0001-67

Responsável legal: Suzana Aparecida Bernardi

CPF: 059.002.709-39